Cadernos de Educação Ambiental

ECOTURISMO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

5

5

Cadernos de Educação Ambiental

ECOTURISMO

2ª Edição

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
SÃO PAULO
2014

Governo do Estado de São Paulo
Governador *Geraldo Alckmin*

Secretaria do Meio Ambiente
Secretário *Bruno Covas*

Fundação para a conservação
e a produção florestal
do Estado de São Paulo *Olavo Reino Francisco*

Coordenadoria de
educação ambiental
Coordenadora *Yara Cunha Costa*

Conhecer para conservar

São Paulo é um Estado extremamente rico e essa riqueza não se reflete só no desenvolvimento econômico daquele que é considerado a "locomotiva da nação". Quando falamos de recursos naturais, São Paulo se destaca com seus 4,7 milhões de hectares de áreas protegidas. É aqui que fica o maior contínuo de Mata Atlântica do mundo; que, juntamente com outras unidades de conservação, formam um patrimônio natural reconhecido pela UNESCO, como Reserva Mundial da Biosfera.

As Unidades de Conservação Paulistas abrigam uma diversidade biológica incomensurável. Suas paisagens deslumbrantes e suas inúmeras espécies de flora e fauna – muitas delas endêmicas –, montanhas, cachoeiras, cavernas, rios, lagos e oceano têm atraído e conquistado visitantes de todo o Brasil e do mundo, consolidando-nos cada vez mais como um relevante destino ecoturístico.

E essa forma de uso público que é dada às unidades de conservação é uma importante aliada para a preservação desses espaços e da biodiversidade. A visitação ajuda a inibir atividades ilegais nos parques (uma vez que há aumento da fiscalização) e alia sustentabilidade ambiental e geração de emprego e renda (com a chegada dos turistas, que aquecem a economia, atingindo muitos elos da cadeia produtiva). Além disso, os parques são uma opção de lazer saudável e de qualidade para a população, que, conhecendo mais sobre meio ambiente e biodiversidade, será sensibilizada por meio de ações de Educação Ambiental e passará a adotar atitudes mais sustentáveis no seu cotidiano.

O Governo do Estado de São Paulo tem investido em muitas ações ligadas ao ecoturismo, com a realização de programas como: "Trilhas de São Paulo" e "Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica". A visitação pública nos parques estaduais tem sido encarada como uma boa estratégia para a conservação dessas áreas e para o incremento da economia de suas regiões de entorno.

Este é o livro da série Cadernos de Educação Ambiental que trata do tema Ecoturismo. Este caderno fará com que o leitor reflita sobre o que é o ecoturismo, qual é a sua importância e qual é a necessidade do seu planejamento e gestão. Orientará sobre a ligação entre Ecoturismo e Educação Ambiental, apresentará diferentes atividades incluídas no espectro do ecoturismo e os principais destinos para prática de ecoturismo, no Brasil e no mundo. No final, o leitor encontrará uma lista de boas práticas que todo ecoturista precisa conhecer e seguir.

Esperamos que você, além de conhecer um pouco mais sobre essa atividade, se sinta estimulado a conhecer e desfrutar dos nossos parques paulistas, com o espírito de um verdadeiro ecoturista: zelando pelo nosso patrimônio natural, sendo cortês com os outros visitantes e com as comunidades locais e ajudando a divulgar os princípios de mínimo impacto.

Bruno Covas
Secretário de Estado do Meio Ambiente

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 10
2. HISTÓRIA DO ECOTURISMO 14
3. O QUE É ECOTURISMO 20
4. A IMPORTÂNCIA DO ECOTURISMO 26
5. PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ECOTURISMO 34
6. ATIVIDADES DE ECOTURISMO 46
7. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 54
8. OS PRINCIPAIS DESTINOS: BRASIL E MUNDO 60
9. BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS 70

GLOSSÁRIO 85

ANEXOS 88

BIBLIOGRAFIA 91

LISTA DE FIGURAS 94

Introdução

1

1. Introdução

Embora o termo "ecoturismo" seja recente, a natureza já atrai viajantes há muito tempo. Datam do século XV as primeiras investidas aos picos da região dos Alpes, na fronteira entre a França, Itália e Suíça. Nos Estados Unidos, desde a segunda metade do século XIX, milhares de turistas já visitavam os Parques Nacionais de Yellowstone (criado em 1872) e Yosemite (criado em 1890). No Brasil, existem registros de expedições à região de Itatiaia (RJ), realizadas no fim do século XIX, sendo que, em 1919, foi fundado, na cidade do Rio de Janeiro, o Centro Excursionista Brasileiro (CEB), primeiro grupo de montanhismo do país.

Foi apenas no início da década de 1980 que o termo "ecoturismo" começou a ser utilizado. Ele surgiu como um conceito de atividade diferente, em que o turista também é responsável pelo ambiente e a sociedade que visita, em oposição ao modelo de turismo de massa desenvolvido desde o pós-guerra até os dias atuais.

Figura 1 – Manguezal no Núcleo Perequê, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

O termo "ecoturismo" passou a ser popularizado, muito além de seus limites conceituais, para tornar-se sinônimo de qualquer atividade em áreas naturais, desde o "turismo educacional" até os "esportes de aventura".

O "Ecoturismo" ou "Turismo Ecológico" é um tipo de turismo, que promove um maior contato do homem com a natureza e com os seus habitantes, para sensibilizá-lo e conscientizá-lo quanto à importância da preservação e da conservação do meio ambiente e das tradições culturais, por meio de práticas e atitudes sustentáveis. O ecoturismo representa uma nova forma de usufruir os locais visitados, sejam eles florestas, áreas costeiras, unidades de conservação e outros ecossistemas. Ele é, também, o respeito e a responsabilidade com a biodiversidade encontrada na região visitada e com o patrimônio natural e cultural existentes.

Figura 2 – Trilha das Bromélias, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

De acordo com: The International Ecotourism Society (TIES), o ecoturismo é o segmento turístico que mais cresce no mundo. Este crescimento está relacionado ao aumento da consciência ambiental das pessoas; principalmente a partir das últimas décadas do século XX, quando os turistas passaram a se relacionar de forma diferente com o local visitado, buscando ambientes naturais conservados e um maior envolvimento com as comunidades locais.

A atividade aparece, também, como uma alternativa de apoio ao desenvolvimento sustentável, frente às outras atividades potencialmente mais impactan-

tes, principalmente para aquelas comunidades inseridas em ambientes naturais conservados ou que apresentam fragilidades. Porém, apenas por meio de um processo de planejamento, o ecoturismo pode funcionar efetivamente como uma ferramenta para o alcance da sustentabilidade. Esse planejamento, associado à conscientização ambiental, fará com que as pessoas tenham atitudes que assegurem as condições necessárias para que esta e as próximas gerações usufruam dos recursos naturais de modo pleno, saudável, equilibrado e harmônico.

História do Ecoturismo

2

2. História do Ecoturismo

A história do turismo remonta a história da própria humanidade. Os povos gregos e romanos já realizavam viagens para desfrutar de atividades culturais e artísticas, encontros, solenidades e festividades. Um dos maiores exemplos foram os Jogos Olímpicos, realizados na Grécia Antiga, no século VIII a.C.

Já, nos séculos XVI e XVII, no período do Renascimento, houve registros de viagens turísticas na Europa, feitas por jovens, artistas, intelectuais e cientistas, que buscavam ampliar seus conhecimentos acerca de outras culturas.

Com a Revolução Industrial e o surgimento da classe média, na segunda metade do século XVIII, houve um grande estímulo ao turismo. Ainda nesse século se apontam ocorrências de viagens relacionadas à natureza, e os ambientes naturais passaram a ser o foco central das viagens. Por outro lado, a Revolução Industrial marcou, na Europa, o aumento da degradação ambiental. A classe

Figura 3 – Cachoeira Travessão, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

que emergiu dessa transformação econômica aumentou o consumo e passou a fazer, também, mais deslocamentos. Consequentemente, causou mais danos ao meio natural.

O avanço tecnológico, especialmente nos meios de transportes, fez surgir no século XX um crescimento significativo das atividades turísticas, o chamado "turismo de massa", mais notadamente nos anos 70 e 80. Tal fato provocou o crescimento desordenado de cidades e fez crescer assustadoramente inúmeros problemas ambientais, como a poluição do ar, das águas e as questões decorrentes da ausência de saneamento das cidades e das regiões procuradas para lazer.

> O arquiteto Hector Ceballos-Lascurain é amplamente reconhecido como o primeiro a empregar o termo ecoturismo. Em 1981, o autor começou a utilizar o termo espanhol turismo ecológico que, em 1983, foi reduzido para ecoturismo. Ceballos-Lascurain, presidente da organização não governamental Pronatura e diretor-geral do Sedue do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Ecologia do México, empregava esse termo em debates, pois, na ocasião, lutava pela conservação das áreas de floresta tropical do estado mexicano de Chiapas e por uma estratégia para manter a integridade dos ecossistemas florestais envolvidos na promoção do turismo ecológico da região". [1]

A primeira definição do termo "ecoturismo", elaborada por Ceballos-Lascurian, em 1987, foi:

> A viagem a áreas relativamente preservadas com o objetivo específico de lazer, de estudar ou admirar paisagens, fauna e flora, assim como qualquer manifestação cultural existente.

1 WEARING e NEIL, 2001.

Figura 4 – Pescador caiçara, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

Para que se tenha uma noção dos números envolvidos nessa atividade, é interessante destacar que, em 2008, 1,75 bilhões de pessoas viajaram por todo o mundo. (WTTC, 2009a)

Como parte das comemorações do "Ano Internacional do Ecoturismo", em 2002, e sob a égide do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e da Organização Mundial do Turismo – OMT, foi realizada a Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, em Quebec, Canadá, em maio de 2002. A Declaração de Ecoturismo de Quebec, principal produto dessa cúpula, apresentou 41 (quarenta e uma) recomendações aos governos, setor privado, organizações não governamentais, associações de base comunitária, instituições de ensino e pesquisa, instituições internacionais de financiamento, agências de assistência ao desenvolvimento, comunidades e organizações locais. Dentre as recomendações destacam-se: o incentivo ao planejamento participativo, o processo de certificação voluntária, o desenvolvimento de práticas de mínimo impacto e a implantação de estratégias que aumentem os benefícios nas localidades receptoras.

Já, no ano de 2007, foi realizada, na Noruega, a Global Ecotourism Conference (GEC07), com o objetivo de discutir os resultados e os novos desafios no campo do Ecoturismo. Nessa conferência também foi produzido um documento - Oslo Statement on Ecotourism. Esse documento apresenta quatro recomendações: reconhecer o papel do ecoturismo no desenvolvimento sustentável local; maximizar o potencial do ecoturismo bem gerido como um meio de conservação dos recursos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis; apoiar a viabilidade e o desenvolvimento de empresas e atividades de ecoturismo, por meio de ações de marketing, educação e capacitação; e, finalmente, tratar as questões críticas do ecoturismo para o fortalecimento de sua sustentabilidade.

O que é Ecoturismo

3

3. O que é Ecoturismo

Em 1994, o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) e o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), em conjunto com representantes do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), além de empresários e consultores, criaram as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo e estabeleceram o seguinte conceito para a atividade:

> Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MICT; MMA, 1994).

Já, a Organização Mundial do Turismo (OMT), em 2002, definiu ecoturismo como:

Figura 5 – Praia de Castelhanos, PE Ilhabela. Evandro Monteiro.

> Todas as formas de turismo em que a motivação principal do turista é a observação e apreciação da natureza, de forma a contribuir para a sua preservação e minimizar os impactos negativos no meio ambiente natural e sociocultural onde se desenvolve (OMT, 2002).

Existem, ainda, diversas definições de ecoturismo, elaboradas por associações de classe, acadêmicos, iniciativa privada e poder público. Porém, ainda não existe um conceito único de ecoturismo aceito por todos os envolvidos com a atividade. Apesar disso, a maior parte das definições propostas gira em torno de três conceitos básicos:

- Desenvolvimento Sustentável;
- Educação Ambiental; e
- Envolvimento das Comunidades Locais.

São objetivos do Ecoturismo a preservação da biodiversidade e dos habitats naturais; a conservação do contexto natural, cultural e construído; o esclarecimento sobre o uso ilegal dos recursos naturais, bem como sobre o abuso na sua exploração; e a integração das áreas naturais protegidas, com os objetivos de conservação nos planos e programas de desenvolvimento locais e regionais.[2]

Figura 6 – Boia-Cross, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

2 Organização Mundial do Turismo – OMT, 2002. Declaração de Ecoturismo de Quebec.

O ecoturismo está diretamente relacionado à noção de sustentabilidade ambiental, que é o uso responsável e consciente dos recursos naturais, ao longo do tempo, unido ao crescimento econômico, à justiça social e à conservação e preservação da natureza.

> "Embora as ideias contidas no turismo sustentável ainda estejam em processo de construção, seja no aspecto teórico-conceitual, seja no aspecto das estratégias e ações implementadas, há hoje uma consciência crescente da importância de pensar e agir em prol do turismo sustentável, com vistas a minimizar os impactos negativos e maximizar aqueles que apontem para os caminhos da conservação do meio ambiente e da justiça social."[3]

Estudos mostram que o turismo pode proporcionar uma contribuição para a proteção continuada do meio ambiente, criando valor econômico para as espécies endêmicas ou em risco de extinção e, também, para os habitats naturais. Alguns casos atestam a efetividade do ecoturismo como um instrumento de persuasão para a conservação da natureza, substituindo atividades agrícolas e extrativistas não sustentáveis, por atividades que levem em conta a preservação e a conservação dos recursos naturais, como é o caso do projeto "Turismo no Rio e na Vila Cambuhat", nas Filipinas, e o "Desenvolvimento e Conservação do Ecoturismo Comunitário", nas Ilhas Togean, na Indonésia.

A Economia Verde é uma proposta de desenvolvimento e ideias práticas, em busca de soluções pragmáticas e funcionais para o mundo contemporâneo, gerando um modelo de produção e consumo de bens e serviços, de forma sustentável, por meio de novos vetores de crescimento econômico, novas fontes de

3 SEABRA, Lília. Capítulo 5 – Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão, do livro: Questão Ambiental – Diferentes Abordagens, RJ, 2008. Organizadores: Sandra Baptista da Cunha e Antonio José Teixeira Guerra.

empregabilidade e saídas consistentes para a melhoria da qualidade ambiental, amplamente caracterizada pela redução na emissão de carbono. (São Paulo, 2010)

O ecoturismo é considerado uma ferramenta da economia verde, pois agrega valor econômico aos ambientes preservados quando aliados à Educação Ambiental, que geram emprego e renda com as paisagens cênicas e as atividades de aventura, além de manter florestas em pé.

De acordo com d'Avignon e Caruso (Brasil, 2011), o ecoturismo é um dos setores com capacidade de definir tendências de transição para uma economia com alívio da pobreza e melhoria da equidade social. Um exemplo é o turismo rural, cada vez mais valorizado na maioria dos países, já que mantém uma rica biodiversidade na paisagem agroecológica, além da absorção e estocagem de carbono. Mantém a qualidade dos alimentos mais saudáveis e nutritivos e a geração de serviços de qualidade, como a produção de água, solos mais ricos e menos erosivos, o que consequentemente diminui a lixiviação do solo e contribui para a vida aquática nos rios. (Brasil, 2011)

Figura 7 – Casa do Artesão, entorno PETAR. Evandro Monteiro.

A importância do Ecoturismo

4

4. A importância do Ecoturismo

Para compreender o cenário do ecoturismo, é necessário entender as tendências do amplo mercado em que ele está inserido: o de turismo.

Classificado como um dos cinco principais mercados geradores de receita na economia mundial, o turismo vem registrando taxas de crescimento, em receita, de 3,2% ao ano, em 2012. (WTTC, 2012) De acordo com declaração feita durante a Conferência de Haia, nos países em que a atividade turística ultrapassa 2% do Produto Interno Bruto – PIB, ela passa a ser considerada um segmento sólido e confirma a contribuição para o desenvolvimento econômico nacional. (RABAHY, 2003)

Segundo o WTTC (World Travel & Tourism Council), em 2012, a contribuição do mercado de turismo representou 9% do PIB global e gerou mais de 260 milhões de empregos. Nos países em desenvolvimento, o significado econômico

Figura 8 – Vinícola. Entorno do PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

do turismo é ainda mais evidente: em Macau, por exemplo, ele representa 46,7% do valor do PIB. Já, nos países desenvolvidos, a média de influência é relativamente inferior, mas com participação constante e importante para a economia em alguns países, por exemplo: Espanha – 15,2%, Itália – 10,3%, Austrália – 9,8%, França – 9,7% e Suíça - 8%. (WTTC, 2012a)

Figura 9 – Cooperafloresta. Entorno do PE Caverna do Diabo. Evandro Monteiro.

O turismo é o setor que apresenta o maior crescimento no mercado. De acordo com a WTTC, a atividade foi considerada o maior negócio do mundo, responsável por gerar 261 milhões de empregos diretos e indiretos no mundo (8,7% do total de empregos). A estimativa, até 2023, é que esse percentual atinja 9,9% dos empregos no mercado, com um crescimento anual em 2,4% ao ano. (WTTC, 2012a)

Esse fato deve-se a uma série de razões como, por exemplo, o reconhecimento do lazer para uma melhor qualidade de vida, a diminuição crescente da jornada de trabalho e o interesse da população em expandir conhecimentos, entrando em contato com novas culturas e lugares. Principalmente, em relação aos países emergentes, as perspectivas são ainda mais animadoras, uma vez que, os mercados europeus encontram-se saturados e contribuem para o transbordamento dos fluxos turísticos para novas localidades.

Figura 10 – Mata Atlântica, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

No Brasil, o Plano Nacional do Turismo (2013 - 2016) consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as estratégias para o desenvolvimento da atividade nos próximos anos. Neste documento, estabeleceu-se como objetivo posicionar o Brasil como uma das três maiores economias turísticas do mundo, até o ano de 2022. Para isso, a primeira meta estabelecida é aumentar o número de chegadas de turistas estrangeiros de, aproximadamente, 5 milhões em 2006, para 7,9 milhões, em 2016. Esse fato, se consumado, agregará uma receita com o turismo internacional de US$ 10,8 bilhões, em 2016. Outra meta do Ministério do Turismo é aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo. O Governo Federal também pretende aumentar, até 2016, o número de viagens no mercado interno para 250 milhões. Para o alcance dessas metas, vislumbram-se ocorrências favoráveis no contexto econômico, tais como realização dos investimentos em infraestrutura, exposição mundial do Brasil pelos megaeventos agendados e uma taxa de câmbio mais favorável ao turismo. (Ministério de Turismo, 2012b)

Intrinsecamente ligado à distribuição de renda, o turismo permite que haja divisão de recursos entre regiões e para diversas atividades econômicas, devido ao fato de pessoas com propensão para o consumo se deslocarem dos centros urbanos para locais menos desenvolvidos, estimulando, assim, o surgimento e o crescimento de outras atividades. De acordo com o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, a região Sudeste representa 53% do movimento de passageiros, no Brasil, demonstrando deslocamento dos moradores da região mais rica do país para outras regiões.

De acordo com o Ministério de Turismo (2012), o mercado de viagens internas vive um momento de aquecimento, em função do incremento da renda média e do consumo das famílias brasileiras. Percebe-se dentro das opções de consumo da população brasileira, o aumento das viagens de lazer, registrando expansão de 37% no número de viagens domésticas, entre 2005 a 2011.

De acordo com a Conta Satélite de Turismo do Brasil, metodologia de pesquisa indicada pela WTTC, em 2012, a atividade turística foi responsável por 3,4% do PIB nacional ou, aproximadamente, R$ 150 bilhões. A expectativa é

Figura 11 – Mirante, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

que cresça 5,1% ao ano, até 2023, atingindo R$ 259 bilhões (3,7% do PIB nacional). Atualmente, o turismo gera 2,95 milhões de empregos diretos e mais 5,34 milhões de empregos indiretos, representando 8,3% do total de empregos no país. (WTTC, 2012b)

De acordo com estimativas da WTTC, em 2007 o ecoturismo capturou 7% do mercado internacional. Soma-se a esse dado a possibilidade do turismo sustentável crescer 25% do segmento de viagens mundiais, gerando, aproximadamente, US$473 bilhões por ano.

Além disso, pesquisas mostram que os empreendimentos voltados para esse segmento contribuem mais para o desenvolvimento local, enquanto 80% do dinheiro arrecadado com a venda de pacotes tradicionais vão para empresas multinacionais (companhias aéreas, cadeias hoteleiras, etc.). As pousadas ecológicas contratam mão de obra e compram insumos da localidade, deixando, em alguns casos, até 95% de sua receita na economia local (United Nations Environment Programme).

Figura 12 – Passeio Ciclístico, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

Figura 13 – Centro de Visitantes, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

Outros dados mostram que ecoturistas gastam mais que turistas tradicionais. Por exemplo, na Ilha de Dominica, no Caribe, turistas hospedados em pequenos hotéis de selva gastam até 18 vezes mais que os passageiros de cruzeiros que visitam a ilha (TIES).

Nos últimos anos, com o crescimento da importância da questão ambiental, os viajantes têm se mostrado mais conscientes sobre os impactos causados pela visitação. Mais de dois terços dos turistas americanos e australianos e, aproximadamente, 90% dos britânicos consideram responsabilidade dos hotéis a proteção do meio ambiente e o suporte às comunidades locais. Na mesma pesquisa, 70% dos turistas declararam que pagariam até US$ 150 a mais por uma estada de duas semanas em um hotel com responsabilidade ambiental (TIES).

Devido ao rápido crescimento da importância econômica desse segmento e do seu potencial para garantir a conservação do meio ambiente, a Organização das Nações Unidas – ONU celebrou, em 2002, o "Ano Internacional do Ecoturismo".

Planejamento e Gestão do Ecoturismo

5

5. Planejamento e Gestão do Ecoturismo

São aspectos importantes, referentes à preservação das áreas naturais, o desenvolvimento e a aplicação de modelos de planejamento e de gestão das localidades, de controle de visitação, de capacidade de carga e de construção de instalações, que minimizem o impacto ambiental, para limitar o tamanho dos grupos de visitantes, incentivar o uso de meios de transporte de baixo impacto, organizar o uso de veículos, etc.

- Inclusão dos aspectos da biodiversidade nos planos de uso de território;
- Participação de redes de trabalho em áreas protegidas, com o objetivo de trocar experiências e conhecimentos sobre a gestão de recursos naturais e do turismo;
- Práticas de reflorestamento, conservação do solo, reabilitação de áreas naturais, habitats e espécies animais afetadas;

Figura 14 – Sinalização, PE Ilha do Cardoso. Erika Koga.

- Controle e/ou erradicação de espécies estranhas ao ambiente;
- Programas de pesquisa sobre flora, fauna e habitats;
- Utilização de novas tecnologias e técnicas na gestão de áreas naturais (uso do Sistema de Informação Geográfica e de modernas técnicas de conservação de florestas, do solo e da água);
- Diversificação da oferta de ecoturismo, por meio da criação de roteiros e programas que incluam aspectos da cultura e do modo de vida no campo, com o objetivo de aliviar o impacto nas áreas frágeis e de maior visitação; e
- Garantia de que o ensino de práticas ambientais e de conservação para a equipe de trabalho em áreas protegidas seja estendido às comunidades.

Figura 15 – Ponte na Trilha Poço das Antas, PE Ilha do Cardoso. Erika Koga.

A renda direta do turismo – a partir da venda de ingressos, da remuneração dos guias, do comércio de artesanatos, da hospedagem, das concessões – é uma importante contribuição, que cobre os custos operacionais, bem como os custos de novos projetos de ecoturismo. Somam-se a ela outros benefícios econômicos e/ou comunitários:

- Oportunidades de negócios e de empregos diretos ou indiretos;
- Desenvolvimento da infraestrutura;
- Melhoria das condições sociais, por meio da introdução de serviços de saúde e educação;
- Aumento do valor da terra;

- Treinamento para a população local;
- Incentivo à produção local e compra dos produtos locais por parte dos operadores de ecoturismo;
- Possibilidade de os membros da comunidade, que participam do desenvolvimento e da gestão de instalações e áreas de ecoturismo, tornarem-se proprietários, formando a base para a criação de pequenas empresas;
- Criação de fundos de desenvolvimento comunitário, para os quais parte da renda produzida pelo turismo é direcionada, a fim de ser utilizada em infraestrutura e serviços sociais; e
- Criação de novos mecanismos, para garantir a governança dos polos pela comunidade.

Figura 16 – Trilha Fornos, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

Por todo o mundo, experiências de planejamento e gestão do ecoturismo podem ser verificadas, como, por exemplo, na Duna de Bouctouche, no Canadá, onde os visitantes podem praticar atividades ao ar livre, tais como: tirolesa, caiaque, camping, caminhada, bird watching e observação de baleias; e no Parque Nacional de Aggtelek, na Hungria, onde diversas cavernas podem ser exploradas. Em uma compilação de 65 (sessenta e cinco) boas práticas organizada pela World Tourism Organization, em 2003, foi constatado que grande parte dos casos bem-sucedidos contou com a cooperação de diversos investidores, como autoridades públicas, companhias privadas, ONGs e instituições acadêmicas e de pesquisa. (WTO, 2003)

As iniciativas realizadas com sucesso tiveram alguns pontos em comum quanto à conservação das regiões visitadas, aos diferentes incentivos às comunidades locais e iniciativas para o desenvolvimento do ecoturismo.

A publicação informa, também, outros pontos em comum entre boa parte das iniciativas de sucesso. A seguir, serão relacionados esses principais pontos.

Conservação

- Preservar a biodiversidade e os habitats naturais;
- Conservar o contexto natural, cultural e construído;
- Esclarecer sobre o uso ilegal dos recursos naturais, bem como sobre o abuso na exploração; e
- Integrar áreas naturais protegidas e os objetivos de conservação nos planos e programas de desenvolvimento locais e regionais.

Figura 17 – Boto-cinza, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

Comunidades locais

- Conscientizar as comunidades locais sobre os benefícios e impactos potenciais do ecoturismo;
- Incentivar o orgulho da comunidade local por seus recursos naturais e culturais; motivando, assim, a preservação;
- Dar maior poder de decisão às comunidades quanto ao desenvolvimento e à gestão de áreas ecoturísticas;
- Gerar benefícios diretos e indiretos para as comunidades (como renda e benefícios sociais);
- Conseguir uma melhor distribuição geográfica e social dos benefícios econômicos gerados pelo ecoturismo;
- Oferecer alternativas de trabalho;
- Aumentar a experiência e a competência das operadoras e dos prestadores de serviços locais;
- Criar empresas de ecoturismo locais financeiramente viáveis e cientes dos problemas de preservação ambiental;
- Revitalizar econômica e socialmente as comunidades rurais, por meio da criação de novas oportunidades de emprego; e
- Incentivar a cooperação entre todos os investidores envolvidos nos projetos locais, regionais ou nacionais.

Desenvolvimento do ecoturismo:

- Diversificar a oferta turística desenvolvendo produtos ecoturísticos e atraindo uma clientela com interesses especiais;
- Diversificar os produtos ecoturísticos, incluindo aspectos e características da cultura tradicional e do estilo de vida rural das comunidades locais;
- Diminuir a sazonalidade do turismo;
- Desenvolver instalações ecoturísticas adequadas nas áreas naturais; e
- Melhorar o *marketing* do produto ecoturístico.

Figura 18 – Crianças no píer, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

São exemplos de **estratégias** bem-sucedidas:

- Desenvolvimento de sistemas institucionais e instrumentos legislativos e normativos que favoreçam a conservação e garantam a participação da comunidade nos benefícios gerados pelo ecoturismo;
- Criação de formas de planejamento e gestão para operação e monitoramento dos locais e dos programas de ecoturismo;
- Oferecimento de incentivos financeiros e suporte técnico para as organizações de conservação que administram áreas naturais e para os investidores locais envolvidos nos processos de desenvolvimento do ecoturismo;
- Facilitação da participação ativa das comunidades locais nos processos de planejamento e gestão do ecoturismo;
- Oferecimento de programas e atividades de capacitação e formação para as lideranças locais (autoridades públicas, empresários privados e membros da comunidade);

- Criação de serviços de difusão de conhecimento e assessoria;
- Criação de mecanismos para garantir maior cooperação e comunicação entre agentes de diferentes setores;
- Condução de programas de educação ambiental para as comunidades locais e para os turistas;
- Introdução de novas tecnologias e técnicas na gestão de recursos naturais; e
- Desenvolvimento de atividades de marketing e promoção que favoreçam a viabilidade econômica dos projetos ecoturísticos.

Preparando o território para receber ecoturistas:

- Avaliação dos impactos ambientais;
- Técnicas de gestão de consumo de água e esgoto;
- Instalações para os visitantes que reduzam os impactos físicos;
- Utilização de trilhas e outros caminhos;
- Utilização de formas renováveis de energia;
- Coleta seletiva e reciclagem;
- Estímulo à produção e compra de produtos orgânicos; e
- Construção de alojamentos e instalações que reflitam o estilo de vida e a arquitetura tradicional, utilizando matérias-primas da região.

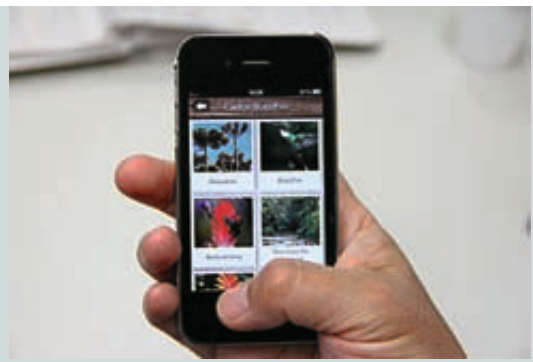

Figura 19 – Aplicativo Parques SP com trilhas e atrativos. Acervo SMA.

Figura 20 – Trilha Cachoeira da Laje, PE Ilhabela. Evandro Monteiro.

Ecoturismo e Educação Ambiental

> O Ecoturismo deve ser, também, uma ferramenta da Educação Ambiental empregada no trabalho contínuo de sensibilização e conscientização das pessoas, a fim de que elas se sintam parte da natureza e se sintam responsáveis pela preservação do meio ambiente, à medida que elas percebem que o mundo é sua casa e precisa ser protegido, para esta e para as próximas gerações.

A interpretação ambiental é uma atividade educativa, que se propõe a revelar significados e inter-relações, por meio do uso de objetos originais, do contato direto com o recurso e de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar a informação literal. (TILDEN, 1957) Sua importância é reconhecida em vários estudos de caso, como um valor agregado ao ecoturismo, que pode contribuir significativamente para a satisfação do consumidor, como é o caso do Centro de Interpretação da Natureza do Vale de Ordino, em Andorra, que trabalha com a percepção sensorial das pessoas para aumentar o respeito pelo meio ambiente.

Em São Paulo, os Parques Estaduais dispõem de Centros de Visitantes, com exposições temáticas para informação aos visitantes e, também, museus com peças e animais em destaque, que demonstram a importância da sua conservação. Além disso, há trilhas com sinalização interpretativa para orientação e sensibilização dos turistas. Destaca-se o espaço voltado para a atividade de percepção sensorial no Parque Ecológico da Guarapiranga e, também, a Trilha do Silêncio com placas interpretativas em braile, no Parque Estadual Jaraguá.

A preocupação educacional também tem grande relevância, especialmente para as novas gerações. São exemplos de ideias relacionadas a esses elementos:

- Centros de informações e de visitantes nas áreas protegidas ou em outras áreas naturais que abrigam exposições e oferecem programas audiovisuais, bem como informações úteis aos visitantes;
- Placas interpretativas e normativas;
- Passeios guiados e passeios de interesse especial;
- Formação de guias e intérpretes;
- Trilhas autoexplicativas;

Figura 21 – Centro de Visitantes, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

Figura 22 – Museu, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

- Instalações para a observação de animais;
- Guias contendo as características locais, perspectivas sobre a gestão dos recursos naturais e listas de identificação de animais e plantas dos polos ecoturísticos;
- Atividades de conservação envolvendo turistas, membros da comunidade local e estudantes;
- Programas de conscientização e de educação ambiental; e serviços de extensão para os moradores locais;
- Educação ambiental em programas escolares (como atividades extracurriculares); e
- Documentação de atividades de conservação para difusão e publicação em mídias locais e nacionais.

Atividades de Ecoturismo

6

6. Atividades de Ecoturismo

Figura 23 – Trilha Bromélias com acessibilidade, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

O ecoturismo se caracteriza como um segmento cujas principais atividades giram em torno da observação e da contemplação da natureza. Além disso, o termo "ecoturismo" também pode ser utilizado para outras atividades que, normalmente, são relacionadas a segmentos turísticos específicos e até confundido com práticas esportivas, como, por exemplo, "turismo de aventura"; "turismo náutico"; "turismo de sol e praia"; entre outros.

De todas as atividades de ecoturismo, a caminhada em trilha é a mais simples e a mais intensa forma de interação entre o praticante e a natureza. Outras atividades consideradas ecoturísticas são: arvorismo, montanhismo, rafting, observação de pássaros (bird watching), entre outras.

No item "Anexos" – Trilhas e Atrativos dos Parques estão listadas algumas atividades, frequentemente, associadas ao ecoturismo. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou, em 2007, a norma NBR 15500 - Turismo de Aventura – Terminologia, com a definição de diversos termos relacionados ao ecoturismo e dentre eles algumas atividades. Essa norma e outras ligadas ao turismo de aventura foram disponibilizadas ao público por meio de uma parceria entre a ABNT e o Ministério do Turismo. São elas:

NORMA ABNT NBR	DESCRIÇÃO
ISO 11107:2012	Serviços de mergulho recreativo – Requisitos para programas de treinamento no mergulho com nitrox – ar enriquecido (EAN)
ISO 11121:2012	Serviços de mergulho recreativo – Requisito para programas de treinamento introdutório ao mergulho autônomo
ISO 13289:2012	Serviços de mergulho recreativo – Requisitos para condução de atividades de *snorkeling*
ISO 13970:2012	Serviços de mergulho recreativo – Requisitos para treinamento de condutores de *snorkeling*
15501:2011	Turismo de aventura – Técnicas verticais – Requisitos para produto
15502:2011	Turismo de aventura –Técnicas verticais – Procedimentos
15508-1:2011	Turismo de aventura — Parque de arvorismo - Parte 1: Requisitos das instalações físicas
15508-2:2011	Turismo de aventura — Parque de arvorismo - Parte 2: Requisitos de operação
15503:2008	Turismo de aventura - Espeleoturismo de aventura - Requisitos para produto
15507-1:2008	Turismo equestre - Parte 1: Requisitos para produto
15507-2:2008	Turismo equestre - Parte 2: Classificação de percursos
15505-1:2008	Turismo com atividade de caminhada - Parte 1: Requisitos para produto
15505-2:2008	Turismo com atividade de caminhada - Parte 2: Classificação de percursos

NORMA ABNT NBR	DESCRIÇÃO
ISO 24801-1:2008	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores - Parte 1: Nível 1 - Mergulhador supervisionado
ISO 24801-2:2008	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos - Parte 2: Nível 2 - Mergulhador autônomo
ISO 24801-3:2008	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos - Parte 3: Nível 3 - Condutor de mergulho
ISO 24802-1:2008	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo - Parte 1: Nível 1
ISO 24802-2:2008	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de instrutores de mergulho autônomo - Parte 2: Nível 2
ISO 24803:2008	Serviços de mergulho recreativo - Requisitos para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo
15500:2007	Turismo de aventura - Terminologia
15509-1:2007	Cicloturismo - Parte 1: Requisitos para produto
15453:2006	Turismo de aventura - Turismo fora de estrada em veículos 4x4 ou bugues - Requisitos para produto
15400:2006	Turismo de aventura - Condutores de canionismo e cachoeirismo - Competência de pessoal
15399:2006	Turismo de aventura - Condutores de espeleoturismo de aventura - Competências de pessoal

NORMA ABNT NBR	DESCRIÇÃO
15397:2006	Turismo de aventura - Condutores de montanhismo e de escalada - Competência de pessoal
15398:2006	Turismo de aventura - Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal
15383:2006	Turismo de aventura - Condutores de turismo fora de estrada em veículos 4x4 ou bugues - Competências de pessoal
15370:2006	Turismo de aventura - Condutores de *rafting* - Competências de pessoal
15334:2006	Turismo de aventura - Sistema de gestão da segurança - Requisitos de competências para auditores
15331:2005	Turismo de aventura - Sistema de gestão da segurança - Requisitos
15285:2005	Turismo de aventura - Condutores - Competência de pessoal
15286:2005	Turismo de aventura - Informações mínimas preliminares a clientes

Para os leigos no assunto, os termos "ecoturismo", "turismo de aventura", "esportes de aventura", "esportes radicais" e outros são sinônimos, porém, pesquisadores do tema e a prática de tais esportes levam a uma diferença bem marcada e necessária entre eles. Longe de um purismo acadêmico, o uso pouco preciso destes termos pode ajudar a vender pacotes de turismo; mas, também, leva a equívocos sérios com reflexos no turismo, nos esportes e para toda a sociedade.

O termo "ecoturismo" não acrescentou a viagens à natureza razoavelmente preservada uma real novidade, pois as atividades de lazer nestes ambientes ocorriam desde há muito tempo (KINKER, 2002). O conceito inova associando valores éticos ao comportamento do turista, ligados à sustentabilidade do local

Figura 24 – Caverna Temimina, PETAR. Evandro Monteiro.

visitado e ao aspecto educacional. Entretanto, em alguns casos, o novo termo foi apropriado pelo turismo como estratégia de *marketing* para definir qualquer tipo de turismo na natureza, consequentemente desvinculando, parcial ou totalmente, do conceito. Com o reforço da imprensa, o senso comum acaba por identificar desde a comercialização de uma atividade como rapel, até o turismo educacional, como ecoturismo, dificultando a retomada do conceito real e aglomerando, também, esportes menos divulgados praticados na natureza.

Visando atingir o grande potencial dos mercados europeu e americano, mais maduros e exigentes em relação à segurança nas práticas de turismo de aventura, foi implantado um processo de elaboração de normas técnicas, inicialmente para as competências dos condutores de atividades. Processo este conduzido por demanda das empresas que atuam nestes segmentos e do próprio Ministério do Turismo. No texto das normas técnicas, atividades do "turismo de aventura" estão definidas da seguinte forma: "Aquelas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos." (NBR15397, 2006)

As atividades de aventura que forneceram as técnicas para o segmento de turismo se viram caracterizadas como tal, fomentando a discussão com o Ministério dos Esportes para a definição e reconhecimento como atividades esportivas. Como no caso do montanhismo, que teve seu primeiro clube fundado

em 1919. Como resultado dessas discussões, dois grupos foram definidos como esportes, segundo o Ministério dos Esportes (Ministério dos Esportes, 2007):

Figura 25 – Caverna Santana, PETAR. Evandro Monteiro.

• ESPORTE DE AVENTURA

Compreende o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental.

• ESPORTES RADICAIS

Compreende o conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas a partir de sensações e de emoções, sob condições de risco calculado. Desenvolvidas em ambientes controlados, podendo ser artificiais, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental.

Figura 26 – Estrada Parque, PE Ilhabela. Evandro Monteiro.

Figura 27 – *Off-road*, PE Ilhabela. Evandro Monteiro.

Unidades de Conservação

7

7. Unidades de Conservação

No âmbito mundial, as ações voltadas para a conservação das áreas naturais tiveram seu marco com a criação, nos Estados Unidos da América, do Parque Nacional de *Yellowstone*, em 1872, uma área de grande beleza cênica e com o objetivo principal de ser uma área para a população desfrutar da paisagem e da natureza. Esta atitude foi seguida, também, pelo Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Já, no Brasil, seguindo a tendência mundial de cuidados com o meio ambiente e, principalmente, com a proteção dos recursos naturais, ocorreu, em 1937, a criação do primeiro parque nacional brasileiro, o Parque de Itatiaia, seguido pela criação dos Parques da Serra dos Órgãos e do Iguaçu, ambos em 1939.

> *Historicamente, Parque Nacional é a primeira categoria de área natural protegida com objetivos de conservação da natureza, criada em grandes extensões territoriais, a partir do que se definiram as bases legais e conceituais para a criação de outras categorias (SMA, 1999).*

No Estado de São Paulo, a preocupação com as áreas naturais ou com o que resta delas teve como marco o levantamento do patrimônio natural do Estado de São Paulo, realizado pelo Instituto Florestal – IF, em 1974, no qual se constatou que apenas 18% da cobertura original do Estado estavam preservadas.

Uma das consequências dessa nova atitude do Estado foi a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, em 1977, já sob uma abordagem predominantemente conservacionista, que reafirmou a proteção de 315.000 hectares dos remanescentes de Mata Atlântica, reunindo áreas de propriedade do Estado de São Paulo, entre outras.

Em 18 de julho de 2000, foi publicada a Lei Federal n° 9.985, regulamentando o artigo 225, parágrafo primeiro, incisos I a III e VII da Constituição Federal, de 1988, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, determinando a forma de estabelecimento e gestão das áreas naturais protegidas e definindo o conceito de Unidade de Conservação - UC como "espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

Figura 28 – Entrada do Parque, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

Figura 29 – Vista a partir do Mirante, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

Conforme o SNUC, as Unidades de Conservação possuem duas subdivisões de acordo com o ecossistema protegido e com o objetivo de sua criação, podendo ser de Proteção Integral ou de Uso Sustentável.

Proteção Integral	Uso Sustentável
• Estação Ecológica	• Área de Proteção Ambiental - APA
• Reserva Biológica	• Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE
• Parque Nacional	• Floresta Nacional
• Monumento Natural	• Reserva Extrativista
• Refúgio da Vida Silvestre	• Reserva de Fauna
	• Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	• Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN

As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo a preservação da natureza e estão subdividas em: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Estadual, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

As Estações Ecológicas são criadas para a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; a Reserva Biológica tem o objetivo de preservar integralmente a biodiversidade, não sendo permitida qualquer interferência na área natural. O Monumento Natural prima pela preservação dos sítios naturais

Figura 30 – Sede do Parque, PE Ilhabela. Evandro Monteiro.

raros ou de beleza cênica; e o Refúgio da Vida Silvestre protege os espaços naturais com importância para a reprodução e manutenção de espécies da fauna e da flora.

Já, os Parques Nacionais e Estaduais enfocam a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica. Neles são permitidas as pesquisas científicas, atividades de recreação e educação ambiental, bem como a realização de turismo.

Porém, essas atividades devem ser realizadas dentro de regulamentos e normas estabelecidas pelo órgão gestor de cada parque.

Por fim, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável têm como objetivo primordial a conservação da natureza, com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, sendo composta pelas seguintes subdivisões de espaços especialmente protegidos: Área de Proteção Ambiental - APA; Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN.

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) é o órgão responsável pela administração de grande parte das áreas naturais paulistas legalmente protegidas.

Para viabilizar a gestão e otimizar as ações de conservação, em 2006, foi criado o Sistema Estadual de Florestas (SIEFLOR), por meio do Decreto n.º 51.453, alterado pelo Decreto n° 54.079, de 04 de março de 2009. O objetivo principal desta iniciativa governamental foi o aprimoramento da gestão das UCs, mediante atuação integrada entre o Instituto Florestal – IF e a Fundação Florestal - FF, responsáveis, respectivamente, pela pesquisa científica e gestão administrativa do sistema.

Do total das áreas naturais instituídas pelo Governo do Estado de São Paulo, 134 (cento e trinta e quatro) são administradas pelo SIEFLOR, além de 31 (trinta

e uma) Reservas Particulares do Patrimônio Natural, categoria de UC particular, reconhecida pela FF e gerenciada por seu proprietário (Fundação Florestal, 2013).

As Unidades de Conservação paulistas, principalmente os Parques Estaduais, já são destinos ecoturísticos conhecidos no país e recebem um número de visitantes expressivo. De acordo com dados da FF, em 2012, as UCs estaduais receberam mais de 1,7 milhões de visitantes.

Em 2012, as três UCs mais visitadas foram respectivamente: Parque Estadual Jaraguá, com 459.748 visitantes, Parque Estadual Campos do Jordão, com 130.769 visitantes; e a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, com 102.772 visitantes.

Além destes, destaca-se, também, o Parque Estadual da Cantareira que, apesar de ser a quarta UC em número de visitantes, é responsável por quase 25% da arrecadação com ingressos em todas as Unidades de Conservação estaduais administradas pela Fundação Florestal. E o parque estadual que mais arrecadou receita com os ingressos dos visitantes é o Parque Estadual de Campos do Jordão, que gerou mais de R$500.000,00, em 2012.

A Educação Ambiental, a Gestão do Ecoturismo e as atividades de lazer, já mencionadas anteriormente, fazem parte e são conduzidas por um Plano de Manejo, que permite não só o uso público nos parques, mas realiza o zoneamento e o manejo de conservação dos parques.

Pelo SNUC (2000), "o plano de manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade."

Qualquer atividade exercida durante a visitação, seja de caráter recreativo, esportivo, turístico, histórico-cultural, pedagógico, artístico, científico, de interpretação e conscientização ambiental, que utilizam infraestruturas, atrativos e paisagens das unidades de conservação, podem ser chamadas de uso público. (São Paulo, 2008)

Portanto, locais que permitem a visitação já devem ter Plano de Manejo ou um Programa de Uso Público, de modo a gerir a visitação visando o mínimo impacto e a conservação dos recursos naturais.

Figura 31 – Mapa das Unidades de Conservação sob gestão da Fundação para a Conservação e Produção Florestal.

Os principais destinos: Brasil e Mundo

8

8. Os principais destinos: Brasil e Mundo

O rápido crescimento do ecoturismo nos últimos anos fez surgir diversas destinações ao redor do globo focadas neste segmento. O termo ecoturismo se tornou uma forma usual para promover os destinos, embora em muitos deles os princípios básicos das atividades não sejam aplicados. Porém, existem algumas experiências que vêm buscando atender essas premissas: conservação do meio ambiente; educação ambiental e desenvolvimento das comunidades locais.

Existem destinos já consolidados e conhecidos pelos brasileiros como, por exemplo, a Costa Rica e a Nova Zelândia. Outros, porém, ainda são desconhecidos do grande público, apesar de possuírem grande atratividade, como é o caso de Palau, Belize e Bornéu.

O Brasil apresenta um enorme potencial para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas. Nosso território abriga grandes áreas de diferentes biomas em bom estado de conservação, além de recursos naturais de grande atratividade, como praias, cachoeiras, cavernas, montanhas, além da biodiversidade de fauna e flora preservadas.

De acordo com estatísticas da CNUC e do IBGE, em 2010, o Brasil possuía 151.320.014 hectares de áreas protegidas, o que representa 17,77% do território nacional (CNUC e IBGE, 2010), contabilizando, no país, um total de 1.762 Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais (2013), espalhadas em todos os biomas brasileiros - Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinho.

Apesar desse grande potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, o país ainda tem uma participação tímida no mercado mundial. Estima-se que apenas meio milhão de pessoas praticam atividades de ecoturismo no Brasil, sendo que o segmento no país apresenta uma taxa de crescimento 50% menor que a média mundial. Ainda assim, o ecoturismo já contribui para a geração de emprego e renda no país, o faturamento das empresas de turismo de aventura e ecoturismo aumentou 21%. Passou de R$ 491,5 milhões, em 2008, para R$ 515,9 milhões, em 2009 (Ministério do Turismo, 2009).

Figura 32 – Cerco de pesca, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

Com relação ao mercado interno, o ecoturismo também tem muito espaço para crescer. Em pesquisa realizada pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, em 2006, apenas 5% dos brasileiros entrevistados apontaram a atividade como o motivo principal de suas viagens. Já, no âmbito dos turistas estrangeiros, natureza, ecoturismo e aventura são o principal motivo de viagem para 26,9% dos entrevistados, segmento que registrou crescimento de 7,6 pontos percentuais, de 2005 para 2010. (MTur, 2011)

Das principais destinações de ecoturismo no Brasil, destacam-se:

• Amazônia

A Amazônia é o destino ecoturístico brasileiro mais conhecido no mundo, porém ainda não recebe um número de visitantes expressivo. Em 2005, a Amazônia brasileira foi responsável por apenas 0,05% (400 mil turistas) do total de chegadas internacionais no mundo. Porém, pesquisas realizadas para o PROECOTUR – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - mostram que a região pode atrair até 3 (três) milhões de turistas por ano.

A região da Amazônia Legal engloba nove estados brasileiros e corresponde a, aproximadamente, 60% do território nacional. Nela estão localizados atrativos ímpares como, por exemplo, o encontro dos Rios Negro e Solimões, o Monte Roraima, a Serra do Divisor, o Pico da Neblina e diversos outros Parques Nacionais de rara beleza.

• Pantanal

A região do Pantanal, uma das maiores áreas alagáveis do planeta, foi reconhecida pela UNESCO, no ano 2000, como Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera. A região abriga uma das maiores biodiversidades do globo. De acordo com a World Wide Fund For Nature - WWF ou Fundo Mundial para a Natureza existem 656 (seiscentas e cinquenta e seis) espécies de aves no Pantanal, mais do que na América do Norte inteira. Esta diversidade representa um grande potencial para atrair o segmento de bird watchers, que vem crescendo significativamente no mundo inteiro.

A atividade de ecoturismo vem se desenvolvendo rapidamente nesta região, que já era reconhecida como um importante destino de turismo de pesca. Atualmente, os principais destinos de ecoturismo do Pantanal são, na porção sul, os municípios de Miranda, Aquidauana e Corumbá; e, na região norte, Poconé, Cáceres e Barão de Melgaço.

• Bonito

O município de Bonito está situado na Serra da Bodoquena, no Estado do Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste. Mundialmente conhecido por seus rios de águas transparentes, cachoeiras e grutas, o destino se tornou referência de ecoturismo devido à parceria entre o poder público e os empresários locais.

Bonito reúne um conjunto de equipes, empresas, ONGs e órgãos governamentais que buscam organizar e coordenar o ecoturismo, visando sempre a sustentabilidade local e a conservação da natureza. A cidade tem seu próprio gestor de turismo, o Bonito Convention & Visitors Bureau, que gerencia mais de 30 (trinta) opções turísticas na região.

• Fernando de Noronha

O arquipélago de Fernando de Noronha, localizado no Oceano Atlântico a 360 km de Natal (RN), é constituído por 21 (vinte e uma) ilhas, rochedos e ilhotas, totalizando, aproximadamente, 26 km^2. Devido à sua impressionante beleza cênica, uma situação geográfica singular, existência de espécies endêmicas (que só ocorrem no arquipélago) e concentração de um potencial genético, em 1988 foi criado o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (IBAMA).

O arquipélago é reconhecido como um dos principais exemplos de turismo planejado no país. Grande parte de seus atrativos possui um limite diário de visitantes, com o objetivo de minimizar os impactos negativos do turismo. O próprio arquipélago possui um limite de entrada de 246 (duzentos e quarenta e seis) visitantes por dia e um limite total de 450 visitantes simultâneos, uma vez que cada turista permanece, normalmente, mais de um dia no local. Começa a ser praticada a cobrança do ingresso do Parque Nacional Marinho Fernando de Noronha, com valor de R$ 75,00 para brasileiros e R$ 150,00 para estrangeiros. Este ingresso, válido por 10 (dez) dias, dá ao visitante o direito de acessar todas as áreas deste Parque Nacional destinadas ao uso público. A arrecadação deste ingresso tem cerca de 70% do seu valor revertido às ações de melhorias diretas para o Parque Nacional, por meio de projetos de reforma e manutenção de trilhas, folheteria, sinalização interpretativa, implementação e manutenção do Centro de Visitantes e etc.

• Parque Nacional do Iguaçu

O Parque Nacional do Iguaçu foi o segundo parque a ser criado no Brasil, em 1939. O parque, que abriga uma das mais espetaculares cataratas do planeta, foi reconhecido pela UNESCO, em 1986, como Patrimônio Natural da Humanidade.

Atualmente, esse é o parque mais visitado do país. Em 2007, de acordo com dados do Instituto Chico Mendes, o parque recebeu 1.055.433 visitantes, sendo que cerca de 57% eram estrangeiros. O número de visitantes do parque vem crescendo em um ritmo acelerado. No período de 2002 a 2007, o aumento foi de 63,42%.

Além disso, o Parque Iguaçu é o caso brasileiro mais bem-sucedido de concessão da operação e administração de algumas áreas e atividades à iniciativa privada. As principais atividades concessionadas são: hospedagem no Hotel Cataratas, recepção no Centro de Visitantes, almoço no Restaurante Porto Canoas, voos de helicóptero, trilhas, rafting, rapel, arvorismo e Macuco Safári.

• São Paulo

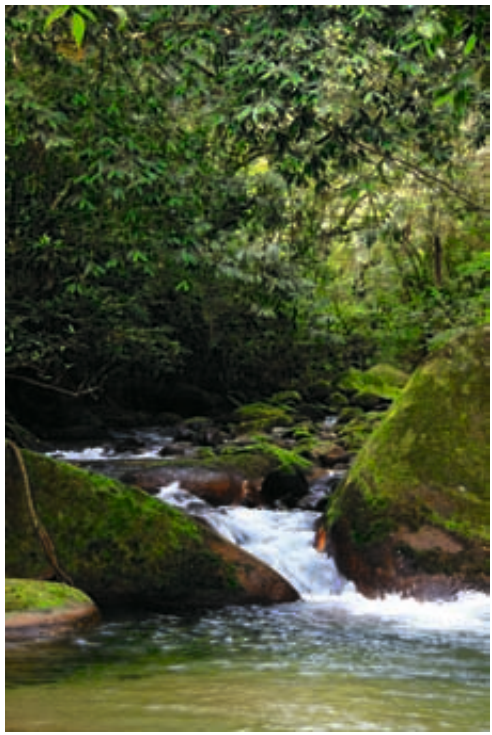

Figura 33 – Queda d'agua, PE Carlos Botelho. Evandro Monteiro.

O Estado de São Paulo apresenta em seu território destinos de ecoturismo de grande atratividade como, por exemplo, as praias, com mais de 700 km de litoral e 70 ilhas; as cavernas no Vale do Ribeira; as corredeiras em Brotas; e as montanhas na Serra da Mantiqueira. O principal público que frequenta esses locais é o próprio paulista. Apesar do aeroporto internacional de Guarulhos ser o maior portão de entrada de turistas estrangeiros no país, poucos são aqueles que visitam esses destinos.

No Estado de São Paulo, são encontradas as maiores áreas de remanescentes de Mata Atlântica do país, concentrados, principalmente, na sua faixa litorânea. Além da Mata Atlântica, em São Paulo, também são encontrados remanescentes de cerrado, concentrados na porção central do Estado. A maior parte dessas áreas é protegida por Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e particulares, que correspondem a 17,29% do território paulista (SEADE, 2003).

• Brotas

O Município de Brotas, localizado na região central do estado, é reconhecido internacionalmente como um destino de ecoturismo. O principal atrativo da região é o Rio Jacaré Pepira, excelente local para a prática do rafting, da canoagem, do arvorismo e de outros esportes de aventura.

Os principais atrativos do município estão localizados em propriedades privadas. Assim, de modo a controlar os impactos da visitação e garantir a qualidade da experiência do turista, a prefeitura criou o Sistema Municipal de Controle da Visitação Turística. Este sistema trabalha com a emissão de "vouchers", baseado no método utilizado no Município de Bonito – MS.

• Litoral Norte

O Litoral Norte paulista, composto pelos Municípios de Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba, apresenta grandes áreas de remanescentes de Mata Atlântica protegidas, principalmente, pelos Parques Estaduais da Serra do Mar e de Ilhabela.

Figura 34 – Canoas de voga, PE Ilhabela. Evandro Monteiro.

A região é um dos principais destinos turísticos do estado, chegando a receber mais de 1 milhão de visitantes durante os meses de verão, o que faz do turismo a principal atividade econômica do local. Os turistas são motivados, principalmente, para visitar as belas praias da região. Porém, esta faixa do litoral possui um enorme potencial para o ecoturismo, dada a existência de diversas trilhas, cachoeiras, fauna e flora.

• Vale do Ribeira

A região apresenta uma das maiores áreas de remanescentes de Mata Atlântica no Brasil, onde ainda são encontradas amostras desse bioma em ótimo

Figura 35 – Mata Atlântica, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

estado de conservação. Ela abriga o contínuo ecológico de Paranapiacaba, o maior contínuo ecológico de Mata Atlântica do país, formado por 4 (quatro) Parques Estaduais – Intervales, PETAR, Nascentes do Paranapanema e Carlos Botelho. A região conta, ainda, com mais 5 (cinco) Parques Estaduais, além de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental - APAs.

Os principais atrativos do Vale do Ribeira são as cavernas calcárias, que atraem visitantes de todo o globo. Somente o PETAR, um dos parques mais antigos do Estado, possui mais de 300 cavidades catalogadas. A região conta, ainda, com trilhas e cachoeiras de grande beleza cênica.

No período de 2006 a 2013, o Governo do Estado de São Paulo assinou Contrato de Empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e investiu um total de US$15 milhões para o desenvolvimento do ecoturismo nos seis Parques Estaduais do Vale do Ribeira, Alto Paranapanema e Litoral Norte, reconhecendo na atividade uma ótima oportunidade para compatibilizar a proteção ambiental com o crescimento econômico.

A seguir serão apresentadas algumas informações sobre importantes destinos ecoturísticos no mundo:

• Estados Unidos da América

EUA é o país que apresenta o maior mercado de ecoturismo no mundo, movimentado, principalmente, por seus viajantes domésticos. Os principais locais onde a atividade acontece são as Unidades de Conservação, especialmente os Parques Nacionais. Até o ano de 2008, de acordo com o órgão responsável pela administração das Unidades de Conservação Federais Norte Americanas (*National Park Service*– NPS), os 401 Parques Nacionais receberam mais de 11,7 bilhões de visitantes. Os locais mais visitados foram, respectivamente, *Blue Ridge Parkway* com, aproximadamente, 15.200.000 visitantes e *Golden Gate National Recreation Area*, com 14.500.000 de visitas, em 2012.

O país foi um dos pioneiros na área de conservação da natureza, sendo responsável pela criação da primeira unidade de conservação do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, inaugurado em 1 de março de 1872. Além deste, os EUA apresentam outros importantes destinos de ecoturismo como, por exemplo: Grand Canyon; Montanhas Rochosas; Alasca; Havaí; entre outros.

• Nova Zelândia

A Nova Zelândia vem se destacando como um importante destino de ecoturismo no planeta, oferecendo diversas opções de atividades como, por exemplo, mergulho no Parque Marinho de Poor Knights, caminhadas no Parque Nacional de Tongariro e escalada no Monte Cook.

De acordo com o Departamento de Conservação neozelandês, o país gerou, em 2008, 11 milhões de viagens para a natureza, sendo que 1,6 milhão foram realizadas por turistas estrangeiros (representando 70% do total das viagens internacionais) e 9,6 milhões por viajantes domésticas (equivalente a 22% de todas as viagens internas). O resultado da pesquisa apontou que, do total de viagens no ano, 9,5% foram realizadas para os Parques Nacionais neozelandeses. (*Department of Conservation NZ*).

• Costa Rica

A Costa Rica é reconhecida mundialmente por suas ações de conservação. Aproximadamente um quarto do território do país está dentro de alguma unidade de conservação. O país possui um total de 160 (cento e sessenta) áreas protegidas, das quais apenas 32 (trinta e duas) recebem visitantes.

Cerca de 60% dos turistas internacionais que chegam à Costa Rica visitam alguma unidade de conservação. Em 2004, as áreas protegidas do país receberam em torno de 1 milhão de visitantes, sendo que 55% deles eram estrangeiros.

De acordo com o ICT (*Instituto Costaricense de Turismo*), em 2005, o país recebeu 1.679.051 turistas internacionais, o que representou um crescimento de 15% em relação a 2004, impulsionado, principalmente, pelo ecoturismo. Em 2005, o turismo foi responsável pela entrada de US$ 1,569 bilhão, o que equivale a 22,4% do total de exportações do país.

• Quênia

Situado na África Oriental e banhado pelo Oceano Índico, o Quênia apresenta em seus quase 580 km^2, diversos tipos de ecossistemas como: glaciais, desertos áridos, cadeias montanhosas, savanas e florestas tropicais. O país, que é um dos principais destinos africanos para safári, possui outros importantes atrativos, como as praias, principalmente na região de Mombaça, e o Monte Quênia, com 5.199 m de altitude.

O Quênia recebeu, em 2011, em torno de 1,8 milhão de turistas internacionais, o que representa um crescimento de 13,3% em relação a 2010. De acordo com o *Kenya National Bureau of Statistics*, os parques e reservas do Quênia receberam mais de 2,4 milhões de visitantes, no ano de 2009, incluindo quenianos e estrangeiros.

Boas práticas ambientais

9

9. Boas práticas ambientais

Figura 36 – Bromélia, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

Conforme dito anteriormente, o conceito de ecoturismo surgiu como uma alternativa ao modelo de turismo que vinha sendo praticado no pós-guerra, somando-se ao turismo de natureza, que cresceu muito nas últimas décadas. Consequentemente, há cada vez mais visitantes nas áreas naturais. A grande maioria destes visitantes é sensível aos problemas ambientais (Kinker, 2002), todavia são potenciais causadores de impactos nos ambientes que tanto admiram, em especial aqueles que visitam esporadicamente.

A questão fica evidente nas unidades de conservação. Os parques, por exemplo, lidam com o aparente conflito entre o uso público e a conservação, pois o uso intensivo de algumas áreas provoca degradações que podem até se refletir em várias escalas. No exterior, a questão é antiga e suscitou diversas estratégias de avaliação e gestão da visitação pública.

Com o refinamento das metodologias, verificou-se que a atitude de quem frequenta uma área natural ou mesmo uma comunidade mais tradicional é muito mais importante que o número e a frequência de pessoas que utilizam uma área.

O crescimento da consciência ambiental, de que todos compartilham da responsabilidade de preservar os ambientes naturais, e a prática de um conjunto de atitudes simples e ambientalmente corretas, são condições muito efetivas na manutenção dos ambientes frequentados. Surgem no exterior os códigos de conduta em áreas naturais, como um movimento independente das entidades governamentais; e identificados em duas vertentes: uma do "trade" turístico e outra para os frequentadores das áreas naturais. Surgidas na esteira do movimento ambientalista e do conceito de desenvolvimento sustentável, a aderência

das empresas foi, entretanto, relativa. (Wearing, S.; Neil, J. 2001)

Os movimentos mais conhecidos são: o Leave no Trace, nos E.U.A; e o New Zealand Mountain Safety Council, na Nova Zelândia e o Green Passport, da UNEP. Na mesma linha, o Ministério do Meio Ambiente brasileiro - MMA lançou um programa chamado "Conduta Consciente em Ambientes Naturais" (MMA,1999), voltado aos frequentadores das unidades de conservação federais.

Figura 37 – Artesanato no entorno do PETAR. Evandro Monteiro.

No Brasil, atualmente, o movimento que está se tornando referência nas práticas de mínimo impacto é o Programa "Pega Leve!", desenvolvido pelo CEU (Centro Excursionista Universitário), com o apoio da WWF. Utilizando a experiência desenvolvida no exterior e no país, este programa detalha as práticas de mínimo impacto para biomas e atividades diversas mais praticadas.

Adotar comportamentos menos agressivos ao meio natural envolve conhecimento de como os diversos processos de um ecossistema ocorrem e suas inter-relações, consequentemente quais ações são potencialmente geradoras de impactos e como evitá-los. Tal conhecimento está distante da maioria da população. Para incentivar a mudança de atitude este conhecimento foi sintetizado em poucos itens de fácil assimilação. A experiência logo contou com o apoio dos órgãos públicos que administram as Unidades de Conservação, como um valioso instrumento de Educação Ambiental para a conservação.

Segue a adaptação das referências brasileiras no tema, para as Unidades de Conservação Paulistas do SIEFLOR, conservando a mesma estrutura e itens

Figura 38 - Guarás no manguezal, PE Ilha do Cardoso. Fabio Colombini.

das versões editadas pelo Ministério do Meio Ambiente, no âmbito do programa "Conduta Consciente em Ambientes Naturais" e do programa "Pega Leve!".

Essas iniciativas formam um grande estímulo ao desenvolvimento de uma cultura de convivência responsável com os ambientes naturais e com as comunidades que habitam estas regiões, atitude que materializa o desejo de contribuir com a conservação da biodiversidade.

Reduzindo os impactos do uso público, será possível compatibilizar as atividades de conservação e ecoturismo; respeitando-se tanto os ecossistemas, como a diversidade de expectativas das pessoas, a qualidade da experiência dos visitantes e as populações do entorno das Unidades de Conservação. A mudança de atitudes em relação ao meio ambiente torna mais próxima a visita do ideal de sustentabilidade ambiental e social.

Para evitar o impacto da poluição e da destruição das áreas frequentadas basta seguir algumas regras simples, que ajudam a proteger o meio ambiente,

dão maior prazer à visita e previnem acidentes, que nesses lugares afastados, podem ter graves consequências.

Estas regras de mínimo impacto, resumidas em oito princípios, estão sendo adotadas por pessoas em todo o planeta. Seguindo e ajudando a divulgar o conteúdo dessa publicação, ajuda-se a preservar os lugares desfrutados hoje, sempre na melhor condição, para todos os visitantes.

O mais importante é lembrar que praticar o mínimo impacto é uma questão que exige mudança de atitudes.

Os oito princípios de mínimo impacto para o ecoturista : (Fonte: CEU, 2003.)

1. **Planejamento é fundamental**
2. **Você é responsável por sua segurança**
3. **Cuide das trilhas e locais de acampamento**
4. **Traga seu lixo de volta**
5. **Deixe cada coisa em seu lugar**
6. **Evite fazer fogueiras**
7. **Respeite os animais e as plantas**
8. **Seja cortês com outros visitantes e com a população local**

Planejamento é Fundamental

- **Tenha o conhecimento necessário** sobre as atividades que você vai realizar, principalmente se elas envolverem técnicas específicas e se você não pretende contratar um profissional ou empresa especializada. Aprenda a utilizar mapas, instrumentos de orientação e os equipamentos específicos para cada atividade.
- **Entre em contato prévio com a administração da unidade de conservação** que você vai visitar, para tomar conhecimento dos regulamentos e restrições existentes. Verifique se as atividades que você pretende realizar são permitidas. Em áreas particulares, peça permissão com antecedência.
- **Informe-se sobre as condições climáticas do local** e consulte a previsão do tempo antes de qualquer atividade em ambientes naturais. É fundamental adequar alimentação, vestuário e equipamentos. O planejamento deve considerar se a atividade será possível dependendo das condições do tempo meteorológico.
- **Viaje em grupos pequenos.** Grupos menores se harmonizam melhor com a natureza e são potencialmente menos impactantes.
- **Evite viajar para áreas populares durante feriados e férias.** Locais muito cheios aumentam a chance de impactos, além de sobrecarregar a administração das unidades e os serviços do entorno.
- **Certifique-se de que você possui uma forma de acondicionar seu lixo** para trazê-lo de volta. Aprenda a diminuir a quantidade de lixo, deixando em casa as embalagens desnecessárias.
- **Escolha as atividades que você vai realizar na sua visita** conforme o seu condicionamento físico e seu nível de experiência, assim como do grupo.

Você é responsável por sua segurança

- **O salvamento em ambientes naturais é caro e complexo**, podendo levar dias e causar grandes danos ao ambiente. Portanto, em primeiro lugar, não se arrisque sem necessidade e sem conhecimento. Caso não possua experiência suficiente, contrate os serviços de profissionais capacitados, preferencialmente dos locais visitados.
- **Calcule o tempo total que passará viajando** e deixe um roteiro de viagem com alguém de confiança, com instruções para acionar o resgate, caso necessário.
- **Informe sua visita aos responsáveis pela área** ou unidades de conservação**,** sobre sua experiência, o tamanho do grupo, os equipamentos que estão sendo levados, o roteiro e a data esperada de retorno. Estas informações facilitarão qualquer providência.
- **Aprenda as técnicas básicas de segurança**, como navegação (saiba usar um mapa e uma bússola) e primeiros socorros. Aprenda as técnicas

Figura 39 – Curso de Segurança. Acervo ISA.

específicas para atividades de maior complexidade. Para tanto, procure clubes e cursos especializados.

- **Tenha certeza de que você dispõe do equipamento apropriado para cada situação.** Grande parte dos acidentes e agressões à natureza é causada por improvisações, negligência, desconhecimento e uso inadequado de equipamentos.
- **Leve sempre os itens essenciais:** lanterna, agasalho, capa de chuva, chapéu, um estojo de primeiros socorros, alimento e água, mapa e bússola, mesmo em atividades com apenas um dia ou poucas horas de duração.
- **Caso você não tenha experiência, não se arrisque sozinho.** Entre em contato com empresas de ecoturismo ou monitores ambientais habilitados da região. Pessoas inexperientes podem causar impactos no meio ambiente sem perceber e correr riscos desnecessários. Caso queira aprofundar seus conhecimentos, praticar atividades científicas ou esportivas, como espeleologia ou escalada em rocha, procure grupos especializados.

Figura 40 – Trilha Piscinas da Laje. Erika Koga.

- **Respeite a sinalização e as normas de segurança para aproveitar a caminhada sem acidentes**.

Figura 41 - Sinalização, PE Ilha do Cardoso. Erika Koga.

Cuide das trilhas e locais de acampamento

- **Mantenha-se nas trilhas pré-determinadas** - não use atalhos, pois estes favorecem a erosão e a destruição da vegetação.
- **Mantenha-se na trilha, mesmo se ela estiver molhada**, lamacenta ou escorregadia. A dificuldade das trilhas faz parte do desafio de vivenciar a natureza. Se você contorna a parte danificada de uma trilha, estará contribuindo para a ampliação do dano.
- **Evite impactos nas margens dos rios e lagoas**, usando as pedras ou áreas já abertas, cuide para que a vegetação permaneça íntegra.
- **Acampando, evite áreas frágeis** que levarão um longo tempo para se recuperar após o impacto. Acampe somente em locais pré-estabelecidos, quando existirem. Em qualquer situação em que não existam áreas determinadas, acampe a pelo menos 60 metros da água e em terreno elevado.
- **Não cave valetas ao redor das barracas**, escolha melhor o local, de modo que a água escorra naturalmente sem acumular e use um plástico sob a barraca.
- **Bons locais de acampamento são encontrados**, não construídos. Não corte nem arranque a vegetação, nem remova pedras ao acampar.
- **Remova todas as evidências de sua passagem.** Ao percorrer uma trilha, ou ao sair de uma área de acampamento, certifique-se que esses locais permaneceram como se ninguém houvesse passado por ali.

Traga seu lixo de volta

- **Embalagens vazias pesam pouco e ocupam um espaço mínimo em sua mochila.** Se você pode levar uma embalagem cheia, pode trazê-la vazia na volta.
- **Não queime nem enterre o lixo.** Normalmente, é proibido acender fogueiras nas unidades de conservação. As embalagens podem não queimar completamente. Não enterre lixo, pois os animais podem cavar até encontrá-lo e espalhá-lo. Traga todo o seu lixo de volta. Não fume em áreas naturais, isso pode provocar incêndios.
- **Utilize as instalações sanitárias que existirem.** Caso não haja instalações sanitárias (banheiros) na área, cave um buraco com quinze centímetros de profundidade, a pelo menos 60 metros de qualquer fonte de água, trilhas ou locais de acampamento, em local onde não seja necessário remover a vegetação. Em situações especiais, como em cavernas, leve seus dejetos para descarte em instalações sanitárias.
- **Traga papel e outros produtos higiênicos de volta**, bem acondicionados não causam odores.
- **Não use sabão nem lave utensílios e panelas em fontes de água.** Lave o que for necessário a pelo menos 60 metros das fontes d'água, depositando a água com resíduos em um pequeno buraco no solo e cobrindo-o em seguida. Tome banho sem sabonete ou xampu nos rios e lagoas, e lave os utensílios da mesma forma.

Deixe cada coisa em seu lugar

- **Não construa qualquer tipo de estrutura**, como bancos, mesas, pontes etc. Não quebre ou corte galhos de árvores, mesmo que estejam mortas ou tombadas, pois podem estar servindo de abrigo para aves ou outros animais.
- **Resista à tentação de levar "lembranças" para casa.** Deixe pedras, artefatos, flores, conchas etc. onde você os encontrou, para que outros também possam apreciá-los. Cada coisa possui seu papel na natureza e qualquer coisa removida poderá causar algum impacto no ambiente.
- **"Tire apenas fotografias, deixe apenas suas pegadas e leve apenas suas memórias"**, é uma máxima utilizada há muitos anos por diversos grupos, como espeleólogos, escaladores e caminhantes.

Figura 42 – Fotógrafo. Acervo Tectom.

Evite fazer fogueiras

- **Fogueiras são frequentemente proibidas**, pois são potenciais perigos para o ambiente. Acender uma fogueira pode ser considerado crime.
- **Fogueiras matam o solo**, enfeiam os locais de acampamento e representam uma grande causa de incêndios florestais.
- **Para cozinhar, utilize um fogareiro** próprio para acampamento. Os fogareiros modernos são leves e fáceis de usar. Cozinhar com um fogareiro é muito mais rápido e prático que acender uma fogueira.
- **Para iluminar, utilize um lampião ou uma lanterna** em vez de uma fogueira.

Respeite os animais e as plantas

- **Observe os animais à distância.** A proximidade pode ser interpretada como uma ameaça e provocar um ataque, mesmo por parte de pequenos animais e eles podem transmitir doenças por meio da mordida. A proximidade pode causar "stress" e alterar o comportamento dos animais, prejudicando a espécie.
- **Não alimente animais.** Os animais podem acabar se acostumando com a comida que oferecemos e passar a invadir os acampamentos em busca de alimento, danificando barracas, mochilas e outros acampamentos.
- **Não retire flores e plantas silvestres.** Aprecie sua beleza no local, sem agredir a natureza e dando a mesma oportunidade a outros visitantes. A retirada de flores e plantas pode ser um dos fatores de desequilíbrio de um ecossistema.
- **Não compre produtos de origem animal ou vegetal feitos com matéria prima não sustentável**, como palmito, artesanato com penas ou pele de animais, entre outros. A compra destes itens contribui para a redução da biodiversidade e para a criminalidade.

Seja cortês com outros visitantes e com a população local

- **Ande e acampe em silêncio**, preservando a tranquilidade e a sensação de harmonia que a natureza oferece. O ruído excessivo pode afetar os hábitos da fauna. Não grite e não deixe rádios e instrumentos sonoros em volume alto. Respeite os direitos dos outros visitantes que não querem compartilhar seus gostos musicais.
- **Pense nos outros**, seja solidário e dê o respeito que gostaria de receber.
- **Trate os moradores da região com cortesia e respeito.** Mantenha as porteiras do modo que encontrou e não entre em casas e galpões sem pedir permissão, cuidado com as plantações e não moleste os animais domésticos.
- **Seja diplomático e educado**, comporte-se com cuidado para não causar situações constrangedoras. Muitas comunidades possuem usos e costumes diferentes, tente não transgredi-los impondo seus hábitos. Nunca ria ou faça pouco caso dos costumes locais, você que é o estranho no lugar. Aproveite para aprender algo sobre os hábitos e a cultura do local.
- **Prefira contratar os serviços locais de hospedagem, transporte, monitoria e outros serviços turísticos.** Desse modo, você estará colaborando para que os recursos financeiros permaneçam na comunidade, auxiliando no desenvolvimento local. Certifique-se quanto ao produto que está consumindo, se ele está sendo extraído ou não de áreas naturais de forma não sustentável.
- **Respeite os funcionários da unidade de conservação.** Eles têm por dever conservar a área e auxiliar na segurança dos visitantes.
- **Deixe os animais domésticos em casa**, pois podem causar problemas sérios, como a introdução de doenças e ameaças ao ambiente natural. Caso traga o seu animal de estimação com você, mantenha-o controlado todo o tempo. As fezes dos animais devem ser tratadas da mesma maneira que as humanas. Elas também estão sob sua responsabilidade.

Muitas áreas não permitem a entrada de animais domésticos, verifique com antecedência.

- **Evite usar cores brilhantes** que podem ser vistas a quilômetros e quebram a harmonia dos ambientes naturais. Use roupas e equipamentos de cores neutras ou suaves, para evitar a poluição visual em locais muito frequentados. Porém, não há necessidade de utilizar vestimentas e equipamentos camuflados.
- **Divulgue os princípios de mínimo impacto.**

Glossário

Atrativo: É todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse para o turismo (EMBRATUR, 1992). 2. "... todo elemento material que tem a capacidade própria, ou em combinação com outros, para atrair visitantes de uma determinada localidade ou zona" (CERRO, 1992). 3. Constitui o componente principal e mais importante do produto turístico, pois determina a seleção, por parte do turista, do local de destino de uma viagem, ou seja, gera uma corrente turística até a localidade. Os atrativos turísticos podem ser naturais, culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados.

Biodiversidade: Diversidade biológica. Riqueza de espécies e variação biológica em determinada área. Abrange todas as espécies de plantas, animais e micro-organismos bem como os sistemas a que pertencem. A biodiversidade pode ser dividida em três categorias hierarquizadas: a) diversidade genética, que se refere à variação de genes dentro das espécies; b) diversidade de espécies, que se refere à variedade de espécies dentro de uma região; c) diversidade de ecossistemas, que se refere à variedade de ecossistemas.

Bioma: Amplo conjunto de ecossistemas terrestres caracterizados por tipos de vegetação fisionomicamente semelhantes. No Brasil, ocorrem os seguintes grandes biomas: Floresta Amazônica, Floresta Atlântica, Cerrado, Caatinga, Floresta de Araucária, Campos e Zonas de Transição (Pantanal, Zona Costeira). O termo bioma é usado para denominar um grande sistema biológico ou ecossistema de proporções regionais e até subcontinentais (se caracteriza pela existência de um tipo). Os principais biomas do planeta estão assim representados: parte terrestre – florestas, campos, savanas e desertos; parte aquática – ecossistemas de água doce (lagos, rios e alagados) e ecossistemas marinhos (oceano aberto, águas costeiras e estuários).

Demanda: É a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam e podem comprar a um dado preço em um dado tempo.

Demanda potencial: Quantidade de bens e serviços turísticos que podem ser consumidos em face de determinado nível de oferta e à existência de fatores facilitadores de acesso e incentivo ao consumo. (EMBRATUR, 1992)

Glossário

Educação Ambiental: A Conferência Intergovernamental de TBILISI, em 1977, define que: "A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida".

Embratur: Instituto Brasileiro de Turismo.

Excursionista: Também conhecido como "turista itinerante", excursionista é toda pessoa que se desloca individualmente ou em grupo para um local diferente de sua residência permanente, por período inferior a 24 horas, sem efetuar pernoite. (EMBRATUR, 1992)

Infraestrutura turística: É o conjunto de obras e de instalações de estrutura física e de serviços urbanos básicos, que dão suporte ao desenvolvimento da atividade turística em determinada área. São exemplos de Infraestrutura turística: sistema de transportes e de comunicações, hotéis, locadoras, posto de informações, bares e restaurantes, entretenimento, etc.

Interpretação ambiental: uma atividade educativa, que se propõe a revelar significados e inter-relações por meio do uso de objetos originais, do contato direto com o recurso e de meios ilustrativos, em vez de simplesmente comunicar a informação literal. (TILDEN, 1957)

Oferta turística: É o conjunto de atrativos turísticos, assim como bens e serviços, que provavelmente induzirá as pessoas a visitarem especialmente um país, uma região ou uma cidade. A oferta turística compõe-se dos serviços de alojamento, de alimentação, de agenciamento, de lazer e de outros, bem como da infraestrutura local.

Produto turístico: 1. É "(...) a amálgama de elementos tangíveis e intangíveis, centralizados numa atividade específica e numa determinada destinação, as facilidades e as formas de acesso, das quais o turista compra a combinação de atividades e arranjos." (MEDLIK & MIDLETON apud CONGRÉS DE L'AIEST) 2. Bem ou serviço negociado na indústria turística; pode ser unitário (passagem aérea, serviço de guia do turismo, hospedagem, etc.) ou um conjunto destes (pacote de viagem). (SÃO PAULO, s.d.)

Glossário

Segmento turístico: É o conjunto de consumidores com características comuns (ex.: terceira idade) ou ainda subdivisão do mercado por atividades (ex.: turismo de negócios, científico, ecoturismo). (SÃO PAULO, s.d.) Serviços turísticos, atrações, acessos e facilidades colocados no mercado, à disposição dos turistas, em conjunto ou individualmente, visando atender suas necessidades, solicitações ou desejos. (EMBRATUR, 1992)

Trade: É um conjunto de agentes, operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços turísticos; utilizado, também, como sinônimo de mercado ou de setor empresarial. (SÃO PAULO, s.d.)

Turismo de massa: Sob todos os aspectos é o mais importante devido à expressiva quantidade de turistas envolvida tanto nos fluxos internacionais como no interno, porquanto reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que desfrutam da relativa disponibilidade de meios econômico-financeiros, contando com subvenções ou poupanças próprias.

Turismo Doméstico: É aquele que se processa pelos habitantes de um mesmo país dentro de seus limites. (BENI, 1998)

Turismo Emissivo: É aquele gerado pela saída de pessoas residentes no país/região, as quais permanecem mais de 24 horas e menos de um ano no local de chegada, não recebendo remuneração no local visitado. (EMBRATUR, 1992)

Turismo Receptivo: É aquele gerado por visitantes de outros países ou regiões emissoras, os quais permanecem mais de 24 horas e menos de um ano no local de chegada, não recebendo remuneração no país/região visitada. (EMBRATUR, 1992)

Turista: É aquele que se desloca para fora de seu local de residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que não o de fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado. (EMBRATUR, 1992)

Uso público: visitação com finalidade recreativa, esportiva, turística, histórico-cultural, pedagógica, artística, científica e de interpretação e conscientização ambiental, que se utiliza dos atrativos dos parques estaduais e da infraestrutura e equipamentos para subsidiar o passeio.

Visitante: São pessoas que se deslocam do seu local de residência para realizar viagens curtas para negócios, participar de eventos, lazer, visitar parentes ou amigos. Caso haja pernoite, já se classifica como turista.

Anexos

Trilhas e Atrativos dos Parques

Norma NBR 15500 Turismo de Aventura – Terminologia

- **Arvorismo (arborismo):** locomoção por percursos em altura instalados em árvores ou em outras estruturas;
- ***Bungee jump:*** atividade em que uma pessoa se desloca em queda livre, limitada pelo amortecimento mediante a conexão a um elástico. O elástico é desenvolvido especificamente para a atividade;
- **Cachoeirismo:** descida de quedas d'água, seguindo ou não o curso d'água, usando técnicas verticais. A descida de duas ou mais cachoeiras em sequência pode caracterizar a prática de canionismo;
- **Canionismo:** descida de cursos d'água, usualmente em cânions, sem embarcação, com transposição de obstáculos aquáticos ou verticais. O curso d'água pode ser intermitente;
- **Caminhada:** realização de percursos a pé;
- Caminhada (em turismo de aventura): atividade de turismo de aventura que tem como elemento principal a caminhada;
- **Caminhada de longo curso (em turismo de aventura):** caminhada em ambientes naturais, que envolva pernoite. O pernoite pode ser realizado em locais diversos, como em acampamentos, pousadas, fazendas, bivaques, entre outros;
- **Cicloturismo:** atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta. A atividade pode envolver pernoite;
- **Escalada:** ascensão de montanhas, paredes ou blocos rochosos. A escalada segura exige a aplicação de técnicas e utilização de equipamentos específicos;
- **Espeleoturismo:** atividades desenvolvidas em cavernas, oferecidas comercialmente, em caráter recreativo e de finalidade turística;
- **Espeleoturismo de aventura:** espeleoturismo praticado no âmbito do turismo de aventura;
- **Espeleoturismo vertical:** espeleoturismo de aventura que utiliza técnicas verticais;
- Montanhismo: atividade de caminhada ou escalada praticada em ambiente de montanha;
- **Mergulho autônomo turístico (produto turístico):** produto em que a atividade principal é o mergulho autônomo e o praticante não é necessariamente um mergulhador qualificado;

Anexos

- **Percurso (em arvorismo):** conjunto de obstáculos ou passarelas interligados por plataformas, que pode ser dividido ou não em seções;
- ***Rafting:*** descida de rios com corredeiras em botes infláveis;
- Rapel: técnica de descida em corda utilizando equipamentos específicos;
- **Rapel (produto turístico):** produto em que a atividade principal é a descida, em ambientes secos, em corda, utilizando procedimentos e equipamentos específicos. A descida em corda dentro de cavernas está incluída na atividade de espeleoturismo vertical;
- **Técnicas verticais:** conjunto de técnicas de subidas, descidas e movimentação em desníveis verticais. Usualmente estas técnicas exigem a aplicação de métodos e equipamentos específicos;
- **Tirolesa (em arvorismo):** linha aérea tensionada ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, onde o cliente conectado a ela desliza entre um ponto e outro, utilizando procedimentos e equipamentos específicos. No arvorismo, a tirolesa pode ser considerada um dos obstáculos ou o próprio percurso, caso o percurso tenha somente este obstáculo;
- **Tirolesa (produto turístico):** produto em que a atividade principal é o deslizamento do cliente em uma linha aérea ligando dois pontos afastados na horizontal ou em desnível, utilizando procedimentos e equipamentos específicos;
- **Trilha:** via estreita, usualmente não pavimentada e intransitável para veículos de passeio;
- Trilha de passagem individual (*single track*): trilha por onde só é possível passar uma pessoa ou bicicleta por vez.

Bibliografia

Brasil. **Política Ambiental Economia Verde: desafios e oportunidades/ Conservação Internacional** – n 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011.

BRASIL. **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil,** Brasília. Disponível em: < http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/101710/lei-9985-00#art-47>

CENTER FOR RESPONSIBLE TRAVEL **Transforming the way the world travels**. Stanford University & Washington, 2013. Disponível em: < http://www.responsibletravel.org/news/Fact_sheets/Fact_Sheet_-_Global_Ecotourism.pdf>

CENTRO EXCURSIONISTA UNIVERSITÁRIO – CEU. 2003. **Pega Leve!** Disponível em <http://www.pegaleve.org.br/>. Último acesso em 14/07/2008.

CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (organizadores). 2008. **A questão ambiental – diferentes abordagens.** Capítulo 5 – Turismo Sustentável: Planejamento e Gestão. Rio de Janeiro, RJ.

GLOBAL ECOTOURISM CONFERENCE, 2007. ***Oslo Statement on Ecotourism***. Disponível em <http://www.ecotourismglobalconference.org>. Último acesso em 22/07/2008.

KINKER, Sônia. 2002. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas, SP. Editora Papirus.

LEAVE NO TRACE. ***Leave no Trace Program***. Disponível em <http://www.lnt.org/>. Último acesso em 14/07/2008.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO – MICT, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. 1994. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília, DF.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 1999. **Conduta Consciente em Ambientes Naturais**. Folheto. Brasília, DF.

MINISTÉRIO DO TURISMO. 2007a. **Caminhos do Futuro: Ecoturismo**. Brasília, DF.

_____. 2012b. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_11_09_2012.pdf>

_____. 2008. **Ecoturismo: Orientações Básicas**. Brasília, DF.

Bibliografia

NEW ZEALAND MOUNTAIN SAFETY COUNCIL. ***Outdoor Safety.*** Disponível em <http://www.mountainsafety.org.nz/>. Último acesso em 14/07/2008.

Organização Mundial do Turismo – OMT, 2002. **Declaração de Ecoturismo de Quebec**. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/sustainable/IYE/quebec/anglais/declaration.html>.

_____. 2004. **Desenvolvimento Sustentável do Ecoturismo – Uma Compilação de Boas Práticas**. São Paulo, SP. Editora Roca.

RABAHY, Wilson. 2003. **Turismo e Desenvolvimento**. Barueri, SP. Editora Manole.

SANTOS, Roney P. 1989. **Excursionismo Consciente** – Folheto. Centro Excursionista Universitário. São Paulo, SP.

São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental. **Economia Verde: desenvolvimento, meio ambiente e qualidade de vida no Estado de São Paulo.** Coordenação Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho – São Paulo: SMA/CPLA, 2010. 144p.;

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, 1997. **Diretrizes para uma Política Estadual de Ecoturismo**. São Paulo, SP.

_____. 1999. **Conhecer para conservar: as unidades de conservação do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP. Editora Terra Virgem.

_____. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal. **Plano de Manejo do PEI concluído**. 2008.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES FLORESTAIS. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** 2010. Disponível em: < http://www.florestal.gov.br/snif/recursos-florestais/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao>

WEARING, Stephen e NEIL, John. 2001. **Ecoturismo – Impactos, Potencialidades e Possibilidades**. Tradução: Carlos David Szlak. Barueri, SP. Editora Manole.

WESTERN, David. 2001. Definindo Ecoturismo. **Ecoturismo um guia para planejamento e gestão**. 3ª Edição. São Paulo, SP. Editora SENAC.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Sustainable Development of Ecotourism – A compilation of good practices in SMEs**. 2003. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/content/v65m80/fulltext?p=f538db87ab604691a1d16f239e984aeb&pi=0#section=889979&page=1&locus=0>

Bibliografia

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL – WTTC, 2012. ***Economic Impact of Travel & Tourism 2013 Annual Update: Summary***. Londres, Inglaterra. Disponível em: <http://www.wttc.org/site_media/uploads/downloads/Economic_Impact_of_TT_2013_Annual_Update_-_Summary.pdf>

_____. 2012a. ***Economic Impact Research.*** Londres, Inglaterra. Disponível em: <http://www.wttc.org/research/economic-impact-research/>

_____. 2012b. ***Travel & Tourism – Economic Impact 2013 – Brazil.*** Londres, Inglaterra. Disponível em: <http://www.wttc.org/site_media/uploads/downloads/brazil2013.pdf>

_____. 2009a. Tourism Impact Data Forecasting Tool. Disponível em http://www.wttc.org/eng/Tourism_Research/Tourism_Impact_Data_and_Forecast_Tool/. Último acesso em 07/08/2009.

_____. 2009b. ***The 2009 Travel & Tourism Economic Research Brazil***. Londres, Inglaterra.

Se for colocar as normas, o site da abnt é: http://www.abntcatalogo.com.br/normagrid.aspx

Lista de Figuras

Figura 1 – Manguezal no Núcleo Perequê_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini 6
Figura 2 – Trilha da Bromélias_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 6
Figura 3 – Cachoeira Travessão_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 9
Figura 4 – Pescador caiçara_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini 11
Figura 5 – Praia de Castelhanos_PEIlhabela_EvandroMonteiro 12
Figura 6 – Boia-Cross_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 13
Figura 7 – Casa do Artesão_entorno PETAR_Evandro Monteiro 15
Figura 8 – Vinícola_entorno PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 16
Figura 9 – Cooperafloresta_entorno PE Caverna do Diabo_Evandro Monteiro 17
Figura 10 – Mata Atlântica_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini. 18
Figura 11 – Mirante_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini 19
Figura 12 – Passeio Ciclistico_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 21
Figura 13 – Centro de Visitantes_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 21
Figura 14 – Sinalização_PE Ilha do Cardoso_Erika Koga 23
Figura 15 – Ponte na Trilha Poço das Antas_PE Ilha do Cardoso_Erika Koga 24
Figura 16 – Trilha Fornos_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro. 25
Figura 17 – Boto-cinza_PE Ilha do Cardoso_FabioColombini 26
Figura 18 – Crianças no pier_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini. 28
Figura 19 – Aplicativo Parques SP com trilhas e atrativos_AcervoSMA 30
Figura 20 – Trilha Cachoeira da Lage_PE Ilhabela_Evandro Monteiro 31
Figura 21 – Centro de Visitantes_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 33
Figura 22 – Museu_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 33
Figura 23 – Trilha Bromélias com acessibilidade_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro . . 35
Figura 24 – Caverna Temimina_PETAR_Evandro Monteiro. 39
Figura 25 – Caverna Santana_PETAR_Evandro Monteiro. 40
Figura 26 – Estrada Parque_PEIlhabela_Evandro Monteiro 41
Figura 27 – Off-road_PE Ilhabela_Evandro Monteiro. 42
Figura 28 – Entrada do Parque_PE Carlos Botelho_Evandro Monteiro 43
Figura 29 – Vista a partir do Mirante_PECarlos Botelho_Evandro Monteiro 44
Figura 30 – Sede do Parque_PE Ilhabela_Evandro Monteiro 45
Figura 31 – Mapa das Unidades de Conservação sob gestão da Fundação para a Conservação e Produção Florestal. 47
Figura 32 – Cerco de pesca_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini 51
Figura 33 – Queda d´agua_PECarlos Botelho_Evandro Monteiro 55
Figura 34 – Canoas de voga_PE Ilhabela_Evandro Monteiro 56
Figura 35 – Mata Atlântica_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini 57

Figura 36 – Bromelia_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini 60
Figura 37 – Artesanato_entorno PETAR_Evandro Monteiro 61
Figura 38 – Guarás no manguezal_PE Ilha do Cardoso_Fabio Colombini 63
Figura 39 – Curso de Segurança- Acervo ISA 66
Figura 40 – Trilha Piscinas da Lage – Erika Koga 68
Figura 41 – Sinalização_PE Ilha do Cardoso_Erika Koga 69
Figura 42 – Fotógrafo_Acervo Tectom. 71

Ficha Catalográfica – preparada pela:
Biblioteca – Centro de Referência em Educação Ambiental

S24r São Paulo (Estado) Secretaria do Meio Ambiente
Ecoturismo. Texto Oliveira, Anna Carolina Lobo de et. al. Atualização Koga, Érika Sayuri; Kaneshiro, Daniela Midori. 2ª ed. - - São Paulo: SMA, 2014.
90p. ; 15,5 x 22,3 cm. (Cadernos de Educação Ambiental, 5)
Vários autores.

Bibliografia
ISBN – 978-85-62251-30-6

1. Turismo ecológico. 2. Meio ambiente. 3. Educação ambiental. I. Oliveira, Anna Carolina Lobo de et. al. II. Koga, Érika Sayuri. III. Kaneshiro, Daniela Midori. IV. Título. V. Série.

CDU 349.6

Ficha Técnica
Cadernos de Educação ambiental

Coordenação Geral
Yara Cunha Costa

Coordenação Geral do Projeto de Ecoturismo
Luiza Saito Junqueira Aguiar

Caderno Ecoturismo – 2ª Edição

Autoria
Anna Carolina Lobo de Oliveira
Daniela Midori Kaneshiro
Érika Sayuri Koga
Fabrício Scarpeta Matheus
Roney Perez dos Santos
Tatiana Vieira Bressan

Colaboradores
Adriana Neves da Silva
Daniel de Souza Camacho
Rafael Azevedo Robles
Thereza Camara Chini Nisi

Revisão de Texto e Editoração
Denise Scabin Pereira

Fotos
Acervo Tectom
Acervo ISA
Erika Koga
Evandro Monteiro
Fabio Colombini

Diagramação
Fátima Consales

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Cadernos de Educação Ambiental

Coordenação Geral
Maria de Lourdes Rocha Freire

Caderno Ecoturismo – 1ª Edição

Equipe

José Ênio Casalecchi
Roberta Buendia Sabbagh
Evelyn Araripe
Valéria Duarte

Autoria
Anna Carolina Lobo de Oliveira
Fabrício Scarpeta Matheus
Roney Perez dos Santos
Tatiana Vieira Bressan

Colaboração
Adriana Neves da Silva
Daniel de Souza Camacho
Rafael Azevedo Robles
Thereza Camara Chini Nisi

Projeto Gráfico
Vera Severo

Diagramação
Estúdio LIXX

Revisão de textos
Daniel de Souza Camacho
Rafael Azevedo Robles

Fotos
Acervo Fundação Florestal / Instituto Florestal

CTP, Impressão e Acabamento
Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Avenida Prof. Frederico Hermann Jr., 345
São Paulo SP 05459 900
Tel: 11 3133 3000
www.ambiente.sp.gov.br

Disque Ambiente 0800 11 3560

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria do Meio Ambiente